



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Conferência em [www.tcees.tc.br](http://www.tcees.tc.br)  
Identificador: 94F99-ACC4D-484F6



## Decisão SEGEX 00387/2022-1

Produzido em fase anterior ao julgamento

**Processos:** 08672/2018-5, 07054/2013-8

**Classificação:** Atos Sujeitos a Registro - Pensão

**UG:** IPASMA - Instituto de Previdência e Assistência Dos Servidores do Município de Alegre

**Relator:** Márcia Jaccoud Freitas

**Interessado:** ERCI MENDEL DA SILVA

**Responsável:** JACQUELINE OLIVEIRA DA SILVA

Diante do que consta dos autos em epígrafe, **DECIDE** o Coordenador do Núcleo de Controle Externo de Registro de Atos de Pessoal – NRP do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, com fundamento no art. 63, inciso II, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica – TCEES) c/c arts. 47, IV, art. 47-A, §10, VI, e §1º, e 358, III, ambos da Resolução TC 261/2013 (Regimento Interno) e art. 6º, caput, e parágrafo único, da IN 31/2014, **EXPEDIR COMUNICAÇÃO DE DILIGÊNCIA** à **sra. Jacqueline Oliveira da Silva FERNANDES**, gestora responsável pelo **Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Alegre - IPASMA**, para que, no **prazo de 30 (trinta) dias**, encaminhe a esta Corte os esclarecimentos e documentos que julgar necessários ou realize as retificações cabíveis quanto ao **item 6 da Instrução Técnica Preliminar – ITP 426/2021-1**.

Determino o encaminhamento de cópias desta **Decisão** e da **Instrução Técnica Preliminar** citada, juntamente com o **Termo de Comunicação de Diligência**.

**Fica o responsável advertido de que:**

- a) O não atendimento a esta Decisão poderá implicar em sanção de multa prevista no art. 135, IV, da Lei Complementar 621/2012 (Lei Orgânica deste Tribunal), art. artigo 389, IX do Regimento Interno do Tribunal de Contas c/c art. 29 da IN 31/14;
- b) A comunicação dos atos processuais ter-se-á como realizada quando confirmada por recibo assinado por pessoa encarregada de receber correspondência, por membro da família ou por empregado do responsável, ou ainda, quando efetivada a consulta eletrônica ao teor da comunicação dos atos, nos termos do art. 64, § 1º, incisos I e II, da Lei Orgânica deste Tribunal;
- c) A resposta ao Termo de Comunicação de Diligência deverá observar o formato dos documentos aceitos pelo TCEES, de acordo com o disposto na Instrução Normativa TC 35/2015.

À Secretaria Geral das Sessões para os impulsos necessários. Transcorrido o prazo legal, com ou sem resposta, retornem os autos à esta unidade técnica.

Vitória, 13 de maio de 2022.

**Fabiola de Noronha Gabriel Cruz Rios**

**Coordenadora do NRP**

(Delegação de Competência: Ato SEGEX 07, publicado no DOETCEES em 17 de janeiro de 2020)